

# Imperialismo, soberania e democracia na América Latina nos anos 90\*

*Eliel Ribeiro Machado\*\**

"me vienen bajando el sueldo me vienen sacando el poncho ¿quién?  
¿por qué?" dice mi agüela que "es exigencia del Fondo" me privatizan el agua  
la eléctrica y los caminos  
"¿quién? ¿por qué?" dice mi agüela  
que "el Fondo así lo ha exigido"

**Santa Revuelta**  
*Hasta el Fondo*

*Resumo:*

Analisamos aqui os problemas referentes à luta de alguns movimentos sociais latino-americanos que ao exigirem políticas de Estado voltadas aos seus interesses colidem com governantes que ferem a soberania interna (não atendendo as demandas populares) e externa (ao se submeterem aos ditames do capital transnacional).

Enquanto alguns intelectuais vicejavam o fim da luta armada de esquerda, eclodia no primeiro dia do ano de 1994 a revolta dos índios e camponeses pobres de Chiapas, México, arranhando a “nova ordem” mundial pós-muro de Berlim. Nem bem o neoliberalismo demonstrava a sua força política hegemônica, a resistência vinha de um dos lugares mais pobres, ao mesmo tempo em que os neoliberais comemoravam o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que credenciava o México a ingressar no Primeiro Mundo. Os zapatistas reivindicavam, principalmente, “pão, saúde, educação, autonomia e paz” (Saint-Pierre,

---

\* Este artigo é uma versão revisada e ampliada de um outro publicado na revista *Herramienta, revista de debate y critica marxista*, 16, cujo título era “*Los desórdenes de los años 90 en América Latina: resistencias a la transnacionalización del capital*”. Seu conteúdo foi exposto e debatido, em novembro de 2001, numa reunião dos piqueteiros pertencentes ao *Movimiento de Trabajadores Desocupados* de La Matanza, Argentina.

\*\* Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor de Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

1999: 205)<sup>1</sup>.

Em outra parte do continente latino-americano, alguns meses antes da revolta zapatista, eclode uma série de manifestações populares na Argentina, conhecidas como “puebladas”, sendo a mais importante delas o “santiagazo”<sup>2</sup>, quando os manifestantes tomaram de assalto e incendiaram a sede do governo provincial, o legislativo e os tribunais. Os protestos populares não pararam por aí, espalhando-se pelas mais diversas províncias do país. A principal reivindicação das “puebladas” era por trabalho, dado que o desemprego no país atingia, em algumas províncias, quase 27% da população economicamente ativa<sup>3</sup>.

“Ocupar, resistir e produzir”, são as palavras de ordem de um outro movimento popular, o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra), resistente à transnacionalização do capital e, por isso mesmo, duramente reprimido e criminalizado pelo governo Cardoso, em tempos de “democracia” no Brasil. Apesar das derrotas políticas sofridas na sua trajetória de luta por reforma agrária, apesar do massacre de Eldorado dos Carajás em 17 de abril de 1996, que deixou um saldo de dezenove sem-terra mortos e outros dezoito mutilados, apesar das mortes e prisões truculentas em Querência do Norte, Paraná, e tantas outras pelo Brasil afora, o MST encabeçou a maior manifestação popular de que se tem notícia na história dos movimentos sociais: a “Marcha dos 100 mil”. Esta manifestação, resultado da organização popular e sem apoio dos meios de comunicação, conseguiu reunir em Brasília cerca de cem mil caminhantes saídos dos mais diversos rincões do país. As manifestações foram contrárias às políticas neoliberais, ao FMI (Fundo Monetário Internacional), ao pagamento da dívida externa e ainda reivindicavam reforma agrária e o “impeachment” do presidente Cardoso.

As resistências à ordem neoliberal existem praticamente em todo o território latino-americano<sup>4</sup>. Uns mais organizados, outros menos. Alguns desenvolvendo lutas mais urbanas, outros mais rurais. Entretanto,

---

<sup>1</sup> Os zapatistas inauguram uma nova forma de luta política diferenciando-se dos movimentos guerrilheiros dos anos 60 e 70. Ao mesmo tempo, “como não o conseguiram fazer os intelectuais nas suas prolongadas tertúlias acadêmicas, os zapatistas mostraram o limite da contradição do programa neoliberal (...). Com coragem ousaram gritar, para quem quisesse ouvir, que o rei estava nu e o capitalismo, em mais uma crise” (Saint-Pierre, 1999: 207).

<sup>2</sup> Refere-se a Santiago Del Estero, província argentina.

<sup>3</sup> Tomamos por base vários artigos que apontam nesse sentido: Laufer & Spiguel, 1999; Quintar & Argumedo, 2000; Scribano, 1999; El Clarín (diversos); La Nación (diversos); etc; conforme descrevemos na bibliografia consultada.

<sup>4</sup> Sobre isso, pode-se consultar vários artigos desenvolvidos por Petras, entre os quais destacamos “As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina” (1997: 5-18).

os mais combativos, no conjunto, estão solapando a “ditadura do pensamento único”, inclusive apontando a possibilidade de construção de sociedades anticapitalistas. Nesse sentido, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), juntos, controlam quase metade do território colombiano. Como uma mudança dessa ordem afeta diretamente os interesses do capital transnacional, então o governo norte-americano vem alardeando o chamado Plano Colômbia, sob o pretexto de combate ao narcotráfico, mas visando derrotar militarmente a guerrilha de esquerda. Tal plano foi “delineado há uns três anos [e] recebeu um empurrão decisivo do presidente Bill Clinton no final de agosto [de 2000], quando autorizou a liberação de 1,3 bilhão de dólares de ajuda ao governo colombiano para o combate ao narcotráfico, alegando interesses de segurança nacional” (*Cadernos do Terceiro Mundo*, ago/set 2000: 54/61)<sup>5</sup>.

A presença do imperialismo norte-americano na América Latina se dá de diversas formas e, muitas vezes, recorre até à intervenção político-militar, direta ou indiretamente. Alguns intelectuais sugerem que dada as várias formas de dominação existentes hoje observa-se a existência de um *governo mundial de fato*: “O FMI e o Banco Mundial no setor de finanças, a Organização das Nações Unidas (ONU) no campo político, a Organização Mundial do Comércio (OMC) no que toca às relações comerciais e o Grupo dos Sete países mais industrializados (G-7) no que se refere ao complexo industrial-militar começam a atuar com mais afinidade no pós-guerra fria, criando um Estado imperial em âmbito mundial, quer na defesa dos interesses multinacionais, quer na influência dos bancos e empresas de investimento” (Rampinelli, 1998: 67)<sup>6</sup>. E, como bem lembra Petras,

“todas y cada una de las políticas que surgen de las IFI (Instituciones Financieras Internacionales: Banco Mundial y FMI) son previamente discutidas y aprobadas por el Departamento Del Tesoro de EE.UU., de común acuerdo con las necesidades y intereses financieros y empresariales privados. La influencia combinada de Wall Street y Washington ha sido un instrumento para dismantelar las instituciones de asistencia social y las empresas públicas de

---

<sup>5</sup> O título dessa matéria tem um nome curioso: “A vietnamização é questão de meses”.

<sup>6</sup> Não vamos entrar no mérito teórico e político desse tipo de análise. Apenas interessa-nos demonstrar os vários tentáculos da dominação a que estamos submetidos. Vale lembrar também do poder político e econômico das empresas transnacionais, capazes de subjugar muitos Estados nacionais. Sobre o G-7, veja também a análise feita por Harnecker (2000: 182), em que ela o considera como um Estado muito ativo na defesa de seus interesses e do capital financeiro e industrial.

Latinoamérica, la legislación progresista sobre el trabajo y los subsidios estatales para la alimentación básica de los pobres” (Rebelión, 13/04/2000)<sup>7</sup>.

Disso podemos deduzir, sumariamente, que o capitalismo latino-americano é dependente e o imperialismo norte-americano nos impõe condições draconianas de sobrevivência<sup>8</sup>.

As reivindicações populares por *pão, saúde, educação, terra, emprego* etc., confrontam-se com as políticas de Estado voltadas a atender os interesses do capital financeiro e industrial transnacionalizados e das instituições financeiras internacionais. Esmiuçando um pouco melhor o problema, encontramos várias abordagens: Petras, por exemplo, assegura que para analisarmos convincentemente o processo de globalização do capital é fundamental, antes de tudo, verificarmos a relação do Estado com o próprio capital, tanto nos países desenvolvidos quanto nos dependentes (Petras, 2000: 69). Isso quer dizer que a chamada globalização é produto de “políticas estatais vinculadas com instituições econômicas internacionais” (Petras, 2000: 66). Sabemos também que as empresas transnacionais “que tentam se libertar dos Estados para poderem atuar livremente, recorrem, no entanto, a estes para que lhes facilitem os negócios, transformando os ministérios das relações exteriores e outras dependências do Estado nacional em verdadeiros gabinetes de negócios ao seu serviço” (Harnecker, 2000: 180)<sup>9</sup>. Por sua vez, Chossudovsky ressalta que

“os credores internacionais do Brasil queriam se assegurar de que o país permaneceria endividado por muito tempo e

---

<sup>7</sup> Texto obtido através da internet (veja bibliografia ao final deste trabalho).

<sup>8</sup> Para ilustrar um dos problemas que nos deparamos, podemos citar o caso da dívida externa brasileira que está em torno de 240 bilhões de dólares: “atender as obrigações decorrentes da dívida (juros e amortizações) e outras necessidades externas, através de investimentos externos diretos, vai se tornando impraticável na medida em que tais investimentos geram crescentes remessas de lucros, obrigações que oneram ainda mais o balanço de pagamentos. Tais remessas de lucros mais que duplicaram – passaram de 2,5 bilhões de dólares em 1994 para 5,6 bilhões em 1997, devendo chegar a nada menos que 12 bilhões em 2002, último ano da atual administração federal” (*Cadernos do Terceiro Mundo*, jul/ago 2000: 12/16).

<sup>9</sup> Harnecker afirma, citando Chomsky, que “um dos melhores estudos recentes sobre as cem transnacionais mais importantes da lista da Fortune descobriu que todas elas tinham se beneficiado de intervenções específicas dos Estados nacionais dos países onde têm a sua base [...]. Não teríamos muitas corporações grandes se não fosse o financiamento público; e o financiamento público provém do contribuinte fiscal [...]” (Harnecker, 2000: 181). Há vários outros exemplos abordados pela autora no sentido de demonstrar a ligação dos Estados nacionais com o capital, entre eles a transferência de renda dos trabalhadores assalariados para os chamados fundos privados de pensões, que só da Ford, General Motors e Chrysler controlavam algo em torno de quinhentos bilhões de dólares (Harnecker, 2000: 173).

de que a economia nacional e o Estado seriam reestruturados em benefício deles (credores) por meio da contínua pilhagem dos recursos naturais e do meio ambiente, da consolidação da economia de exportação baseada na mão-de-obra barata e da aquisição das empresas estatais mais lucrativas pelo capital estrangeiro” (Chossudovsky, 1999: 171).

As políticas de Estado entre os vários países latino-americanos – especialmente do México, Argentina e Brasil –, têm algo em comum, tanto na forma quanto no conteúdo. Em primeiro lugar, em nenhuma delas os interesses populares estão assegurados. Em segundo, os governos latino-americanos eleitos nos anos 90 ferem a soberania interna e externa de seus respectivos países de duas formas: por um lado, não atendendo as demandas populares, expressão máxima da soberania e, por outro, submetendo-se aos ditames do capital transnacionalizado. Ao ferirem a soberania, deslegitimam as democracias existentes.

Desdobrando alguns desses pontos abordados, podemos afirmar que estamos diante de um problema grave: a maioria dos mexicanos, argentinos e brasileiros não tem poder de decisão. O pouco poder que lhes resta, restringe-se apenas à escolha dos governantes que serão coadjuvantes às políticas impostas pelas transnacionais, pelo G-7, FMI e Banco Mundial. Segundo Harnecker há “uma estratégia global do poder dominante, que procura despedaçar a sociedade e impossibilitar de um modo absoluto a construção de um conceito de maioria, preparando o terreno para o exercício de uma democracia limitada ou restrita” (Harnecker, 2000: 212). E mais adiante reforça o argumento:

“Os Estados neoliberais, embora, como dizíamos, devam reforçar os seus poderes autoritários, precisam manter uma fachada democrática e, para isso, têm de cumprir o ritual das suas instituições: manter eleições livres, o pluripartidarismo etc. Porém, como não se pode correr o risco de maiorias eleitorais pretenderem avançar por um caminho não fixado por eles – não podem repetir experiências como a de Allende no Chile –, é preciso assegurar que os representantes destas maiorias tenham cada vez menos faculdades. Hoje em dia, tanto as decisões econômicas como as que têm a ver com a segurança nacional e o controle dos meios de comunicação escapam às decisões dos parlamentos” (Harnecker, 2000: 214).

A ingerência externa, comandada pelo FMI e Banco Mundial, sobre os países latino-americanos é cristalina:

“O FMI decidira ser muito mais rígido com o novo governo [referindo-se ao governo Itamar Franco]: três ministros da Fazenda foram indicados durante os primeiros sete meses do governo Itamar Franco e nenhum deles foi amigavelmente endossado pelo FMI, que, nesse tempo, enviara seus auditores, para monitorar os progressos econômicos nos termos do acordo em vigor: as metas trimestrais para o déficit orçamentário não tinham sido atingidas (e não poderiam ser alcançadas sem emendas na Constituição)” (Chossudovsky, 1999: 175).

Por sua vez, Petras questiona o fato de, na América Latina, as autoridades do FMI e do Banco Mundial, os dirigentes dos bancos privados e os funcionários públicos das nações industrializadas desempenharem um papel decisivo em todas as áreas centrais que definem os parâmetros da economia. E ainda acrescenta:

“A maior parte das decisões relativas à privatização de propriedades públicas [é] implementada por meio de decretos do Poder Executivo, pois [tratam-se] de medidas contrárias aos interesses populares. A prática de governar por decretos acompanhou o aumento do Poder Executivo, particularmente dos ‘tecnocratas’ não-eleitos ligados aos credores ultramarinos e às multinacionais” (Petras, 1999: 363).

Dessa forma,

“o conteúdo das decisões de políticas do setor público e das decisões orçamentárias é profundamente antidemocrático na medida em que ele não leva em conta as necessidades da maioria dos cidadãos. Ademais, as campanhas eleitorais não dão importância às políticas públicas: logo após as eleições, as promessas sociais assumidas em campanha são seguidas pela adoção de políticas públicas retrógradas. Assim, o processo eleitoral é de fato uma prática maciça de decepção sistemática” (Petras, 1999: 367).

Como dissemos, o divórcio entre as promessas eleitorais de cunho popular e políticas de Estado voltadas a atender os interesses do capital transnacionalizado provoca uma crise de legitimidade das democracias latino-americanas.

Os movimentos populares mais combativos espalhados pela América Latina, nos seus processos de luta contra as políticas de Estado atualmente impostas, se deparam com o imperialismo e, por conseqüência, com a falta de soberania (interna e externa) e com as

limitações da democracia burguesa.

Enfrentar o imperialismo norte-americano é uma tarefa difícil e pode estar repleta de armadilhas, pois, um posicionamento político nacionalista pode não significar, necessariamente, que seja antiimperialista: sabemos que há frações de classe burguesa baseadas localmente mas que estão associadas ao capital transnacional. É preciso, portanto, discernir entre “burguesia interna” e “burguesia nacional”<sup>10</sup>.

Antes de tudo, é preciso delimitar teoricamente quais frações das classes burguesas dos Estados latino-americanos estariam frontalmente em contradição com as frações burguesas dos Estados imperiais. E mais, qual a força política que estas frações têm no contexto específico de cada país dependente. É importante destacar que toda vez que discutimos o imperialismo sobressai o problema da burguesia nacional que, teórica e politicamente, estaria em contradição com a burguesia financeira internacional. Pensamos que a questão é muito mais complexa, pois a despeito das possíveis contradições, a hegemonia política, econômica e ideológica hoje está sob direção da burguesia financeira internacional numa simbiose com a *burguesia interna*. Ambas, portanto, comandam as políticas neoliberais e subjugam os Estados nacionais. Às classes populares, portanto, resta desvendar quais frações da burguesia local tem caráter nacional e que estaria em contradição com os interesses do capitalismo financeiro internacional.

Retomando a questão, entendemos por “*burguesia nacional*” a fração autóctone da burguesia que, a partir de certo tipo e grau de contradições com o capital imperialista estrangeiro, ocupa, na estrutura ideológica e política, um lugar relativamente autônomo, apresentando assim uma unidade própria”. Por outro lado, a *burguesia interna* “possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios *ao mesmo tempo* no interior de sua formação social, não afetando a dominação do capital americano [e] as economias das outras metrópoles da mesma forma que aquelas das formações periféricas, e no exterior” (Poulantzas, 1975: 77).

Em suma, a *burguesia interna* apresenta-se dependente dos

---

<sup>10</sup> É comum no debate acadêmico se fazer referência, por exemplo, ao mega-empresário Antônio Ermírio de Moraes, dono do *Grupo Votorantin*, ou a Abílio Diniz, dono do *Grupo Pão de Açúcar*, como símbolos do “empresário nacional”. Este último, inclusive, propaga em sua rede de supermercados: “orgulho de ser brasileiro”. A questão, portanto, se colocaria para além das aparências: em que medida estes e outros grupos empresariais colidem com o capital financeiro internacional? Seria o *Grupo Pão de Açúcar* simplesmente pertencente à fração da *burguesia compradora*? (Poulantzas, 1975: 77).

processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob hegemonia norte-americana, além de ser afetada pelos efeitos da dissolução de sua autonomia em face do capital norte-americano. Tal burguesia, portanto, possui um fundamento econômico e uma base de acumulação próprios ao mesmo tempo no interior de sua formação social e no exterior (Poulantzas, 1975: 78-79). É isso que vai diferenciá-la da burguesia nacional.

Com o intuito de ilustrar teoricamente esta discussão, observaremos sumariamente – correndo o risco de cometer erros de análise, por causa disso – como a *Consulta Popular*<sup>11</sup> e os piqueteiros – através de documento do último encontro<sup>12</sup> – abordam o caráter de classe das relações sociais atuais<sup>13</sup>.

No livro *A opção brasileira*, que procura expressar o projeto político da *Consulta Popular*, procura-se discutir os problemas referentes ao nacionalismo e ao antiimperialismo no Brasil e na América Latina. Assim, nele faz-se a defesa de um desenvolvimento nacional a partir das potencialidades e riquezas encontradas no território brasileiro:

“nosso sistema de produção de inovações (pessoal qualificado, institutos de pesquisa, indústrias de bens de capital), embora muito debilitado, pode recuperar-se com relativa rapidez, pois o Brasil apresenta vários dos requisitos estruturais básicos para empreender programas de pesquisa, como dimensão da população, índice de urbanização, escala do mercado consumidor, grau de integração da estrutura industrial e qualificação de mão-de-obra”. Apesar de tudo isso, vem a ressalva: “faltam um projeto nacional coerente, um Estado modernizado e corporações estratégicas permanentemente demandantes dessa atividade” (Benjamin, 1998: 103).

De um lado, a discussão feita pela *Consulta Popular* aparece dúbia, pois em determinados momentos o Estado tem um caráter classista (burguês) e em outros o de supraclasses sociais: “Nos mais altos escalões

---

<sup>11</sup> Trata-se de um fórum representativo de vários movimentos sociais urbanos e rurais e, entre eles, destaca-se o MST. Isso não significa que as idéias expressas no livro *A opção brasileira* estejam totalmente de acordo com as formulações do MST sobre o tema.

<sup>12</sup> Documento obtido através da internet, cujo título é: “Reflexiones hacia la 2º. Asamblea Nacional Piquetera: La esperanza es la lucha popular” (La Boca, 03 de setiembre de 2001). Sítio: [www.indymedia.com.ar](http://www.indymedia.com.ar).

<sup>13</sup> Dado o caráter meramente introdutório deste artigo, não aprofundamos esta temática com outros movimentos sociais e, mesmo com esses, tratamos de forma superficial, a despeito de servir como ilustração.

dos órgãos onde se realizam os grandes negócios – o Banco Central, o BNDES, o Ministério das Telecomunicações, o comando da economia – a figura do servidor público desapareceu. Os postos são ocupados por empresários privados, por seus representantes diretos ou por arrivistas que sabem extrair o máximo de curtas passagens pelo poder” (Benjamin, 1998: 111). Por outro lado, o Estado também aparece acima das classes sociais: “São quatro os grandes pilares de uma nação moderna: um território reconhecido, um povo de cidadãos, um grau suficiente de autonomia decisória e um Estado que expresse uma ordenação jurídico-política legítima e eficaz” (Benjamin, 1998: 71).

De outro, a *II Assembléia Nacional dos Piqueteiros*, entre as várias questões discutidas, sustenta o caráter de classe do Estado argentino na medida em que denuncia a falta de legitimidade das políticas de Estado, bem como a simbiose entre a burguesia interna argentina e o capital financeiro transnacional:

“O caso mais inequívoco disso é Cavallo, que perdeu todas as eleições em que se apresentou, mas hoje governa. Em duas palavras, nossa institucionalidade convencional é hoje ilegítima, porque não respeita o acordo democrático que deve sustentá-la, embora pretenda o contrário. Porque não democrática senão plutocrática: não a organiza e legitima o dinheiro proveniente da burguesia financeira internacional e de seus sócios locais, que representa, exclusivamente, há mais de 25 anos”.

A despeito de análises teóricas com ênfases diferenciadas, há também pontos em comum que merecem ser lembrados: o problema do imperialismo norte-americano na América Latina. A *Consulta Popular*, por exemplo, apresenta a crise atual brasileira da seguinte forma: “Nossa crise atual é uma das várias que se espalham pelo mundo como decorrência, justamente, da abertura de uma nova fase de hegemonia internacional dos Estados Unidos, não obstante estes se apresentarem como construtores de uma ordem equilibrada e benéfica para todos” (Benjamin, 1998: 131). Além disso, os Estados Unidos, segundo Benjamin, coordena financeiramente a geopolítica de seu sistema econômico, sendo que, para isso, se tenta consolidar uma nova ordem jurídica internacional que procura congelar relações de poder extremamente desiguais: “A principal face política da nova ordem é o aumento das atribuições do Conselho de Segurança da ONU, com a criação do direito de ingerência baseado em legislações de caráter extraterritorial” (Benjamin, 1998: 134). Por sua vez, a *II Assembléia dos Piqueteiros* coloca questões extramamente candentes sobre a subserviência do governo nacional argentino aos Estados Unidos, ao

afirmar que ele

“se associa (como demonstram os exercícios militares Cabañas e Fluvial) com as forças de ocupação norte-americanas, as mesmas que desenharam o Plano Colômbia, que financiam e capacitam os esquadrões paramilitares e parapoliciais na mesma Colômbia, na América Central e no Brasil, que se organizam no que se chama o *Southcom*, o comando sul para garantir na América Latina a defesa sem concessões dos exclusivos interesses de suas empresas e de seus capitais. (...) São estas mesmas forças militares que qualificam como ‘principal inimigo da ordem e da liberdade’ o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, os desempregados e piqueteiros – especialmente se estão organizados –, as organizações sociais que lutam pelos direitos humanos, todos os movimentos de protesto popular e inclusive os sindicatos e os sindicalistas quando são combativos”.

E a seguir conclui que os atuais regimes político – vendido ao capital financeiro – e econômico que imperam na Argentina e em boa parte da América Latina geram descontentamento e resistência organizada do povo, numa perspectiva de mudanças sociais, políticas e econômicas.

Avançar na detecção do caráter de classe dos Estados latino-americanos tentando compreender como os interesses da burguesia e das suas frações de classe aparecem neles é um passo importante na luta por transformação social, pois, facilita o entendimento político dos possíveis aliados locais para enfrentar as mazelas do imperialismo e de seus tentáculos.

### **Bibliografia**

- BENJAMIN, César (et alli.).(1998). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO. Vários números: 212, 217, 222, 223.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. (1999). *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna.
- COTARELO, María Celia. (2000). “La protesta en la Argentina de los ‘90”. In: *Herramienta, revista de debate y crítica marxista*, 12. Buenos Aires: Editorial Antídoto, otoño.
- EL CLARÍN. Vários artigos. Janeiro de 1998; julho, agosto e setembro de 1999; abril, junho, setembro de 2000.
- HARNECKER, Marta. (2000). *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*. São Paulo: Paz e Terra.
- LA NACIÓN. Vários artigos. Maio de 2000.
- LAUFER, Ruben & SPIGUEL, Claudio. (1999). “Las ‘puebladas’ argentinas a partir

- del 'santiagueño de 1993. Tradición histórica y nuevas formas de lucha". In: MAYA, Margarita López. *Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). *Sítio* disponível pela Internet: <http://www.mst.org.br>. Vários artigos. Ano de 2000
- PETRAS, James. (1997). "As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais*, 2.
- PETRAS, James. (2000). *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes.
- PETRAS, James. (1999). *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: FURB.
- POULANTZAS, Nicos. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- QUINTAR, Aída & ARGUMEDO, Alcira. (2000). "Argentina: os dilemas da democracia restringida". *Lua Nova, revista de cultura e política*, 49.
- RAMPINELLI, Waldir José. (1998). "Uma política externa subserviente a um governo mundial de fato". In: OURIQUES, Nildo Domingos & RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã.
- REBELIÓN. *La página de Petras*. *Sítio* disponível pela Internet: <http://www.eurosur.org/rebelion/petras/> Entre os vários artigos, destacamos "Las relaciones USA-Latinoamérica: quién obtiene qué, donde y como", 13/04/2000.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. (2000). *A política Armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Unesp.
- SCRIBANO, Adrián. (1999). "Argentina 'cortada': cortes de ruta y visibilidad social en el contexto del ajuste". In: MAYA, Margarita López. *Lucha popular, democracia, neoliberalismo: protesta popular en América Latina en los años de ajuste*. Caracas: Nueva Sociedad.